Aula 10

O IMPERIALISMO

META

Demonstrar que foram múltiplos os caminhos através dos quais a Europa estendeu sua influência por todo o mundo no decorrer do século XIX

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar a colonização destacando semelhanças e diferenças verificadas na expansão europeia, em conformidade com a fase.

Identificar traços norteadores das relações que se estabeleceram entre a Europa e os outros continentes.

Destacar sinais precursores do processo de descolonização.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

A COLONIZAÇÃO

"Se as relações entre a Europa e os outros continentes tomaram diversas formas, desenvolvendo-se nos planos político, econômico, intelectual, cultural, todas têm como ponto comum a desigualdade.

A desigualdade, Base do Domínio Colonial

A forma mais comum, mas também a mais estruturada das relações entre os continentes, é o domínio colonial, cujo caráter distintivo é precisamente a desigualdade fundamental e permanente entre a metrópole e as colônias.

A desigualdade afeta todos os planos e, em primeiro lugar, as relações políticas. É esse o motivo pelo qual seria conveniente substituir o termo colônia por seu sinônimo "dependência", que sublinha bem a relação entre os territórios de além-mar e as metrópoles de que eles dependem.

Falar de desigualdade política é na verdade um eufemismo, pois ela implica a existência de dois sócios, enquanto que não se reconhece a existência política da colônia, considerada como simples objeto de ação de decisão política, não tendo portanto nenhuma parte nas decisões que lhe dizem respeito, decisões, aliás, que são tomadas fora dela, na capital dos impérios.

A colônia não tem liberdade nem soberania. A soberania é toda da metrópole. Ela nem sequer tem personalidade reconhecida, e é o que a distingue do protetorado.

O protetorado comporta o reconhecimento parcial de uma singularidade que impede que ele seja confundido com a metrópole. Com efeito, há graus de dependência, e a dependência do protetorado é atenuada. No regime de protetorado, praticado pela França, pela Grã-Bretanha, subsiste a ficção de um Estado. Aplicando-se geralmente aos países que constituíam unidades políticas que, no passado, haviam mantido relações internacionais, o protetorado leva em conta esse passado e respeita a unidade política. O mais das vezes, ele mantém ou mesmo reforça a autoridade da dinastia e consolida a unidade nacional. Trata-se de um efeito inesperado, mas incontestável, da presença colonial. Assim, quando os franceses chegam ao Marrocos e conseguem que a Europa os deixe livres no reino xerifino, a autoridade do sultão é contestada, mais da metade do Marrocos escapa à sua autoridade. Depois de um quarto de século, a presença francesa conseguiu estender a autoridade da dinastia sobre a totalidade do Marrocos – do tratado de Fez, assinado em 1912, até o término da pacificação, em 1935. – A nação futura, desse modo, foi prefigurada no protetorado. O mesmo ocorreu na Indochina, onde o regime de protetorado aplicava-se ao Laos, ao Cambodja e ao Annam. Forma atenuada de colonização, o protetorado não é a mais divulgada.

Pode-se ainda ligar à colônia e ao protetorado, como uma modalidade distinta, o estatuto dos Estados cuja soberania subsiste de um modo fictício, cuja independência é nominalmente respeitada, mas aos quais a Europa impõe condições discriminatórias, como a China, pela assinatura dos tratados que, aliás, levam o nome de tratados desiguais...

A desigualdade não é apenas política, mas estende-se ainda ao estatuto das pessoas, a seus direitos civis, e não apenas políticos. No regime colonial, as populações autóctones são submetidas a um regime jurídico diferente do dos cidadãos da metrópole. Assim, mesmo se a colonização tem como consequência a melhoria das condições materiais, a elevação do nível de vida, a correção de certo número de injustiças, como, por exemplo, a abolição da escravatura, ela conserva uma desigualdade de direito entre os indivíduos, pela aplicação de duas leis, de dois direitos. Nas colônias francesas, essas leis são consignadas no código de indigenato (a expressão está indicando claramente que se trata de um estatuto reservado aos indígenas). Os indígenas veem que a eles é aplicado um estatuto notavelmente inferior ao dos colonos fundamentais numa sociedade política, não são respeitados, como, por exemplo, o princípio da separação dos poderes...

Do mesmo modo, naquilo que diz respeito ao trabalho, se a Europa aboliu o regime da corveia, ela o mantém, sob o nome de trabalho forçado, nas colônias, que terão de esperar até 1946 para vê-lo desaparecer.

A DESIGUALDADE ECONÔMICA

Estando a Europa, incontestavelmente, à frente dos outros continentes no domínio econômico, só poderá encontrar sistemas econômicos em desvantagem com relação a ela. Não foi a Europa que criou a desigualdade econômica; contudo, às vezes ela corrige essa diferença, outras vezes ela a mantém. Remunerações e salários são bem inferiores nas colônias se comparados aos da metrópole e, mesmo que isso não seja o resultado de uma política deliberada, as populações das colônias, pelo livre jogo dos fatores econômicos, não recebem senão uma parte reduzida do lucro conseguido com a venda de seus próprios recursos naturais. Com efeito, como esses povos não têm capital, este vem da metrópole e a renda volta para a metrópole. Esse movimento de retorno pode tomar grande amplitude: é o que se chama, no caso da Índia, de *drain*, movimento que priva o país de uma parte do produto do seu trabalho.

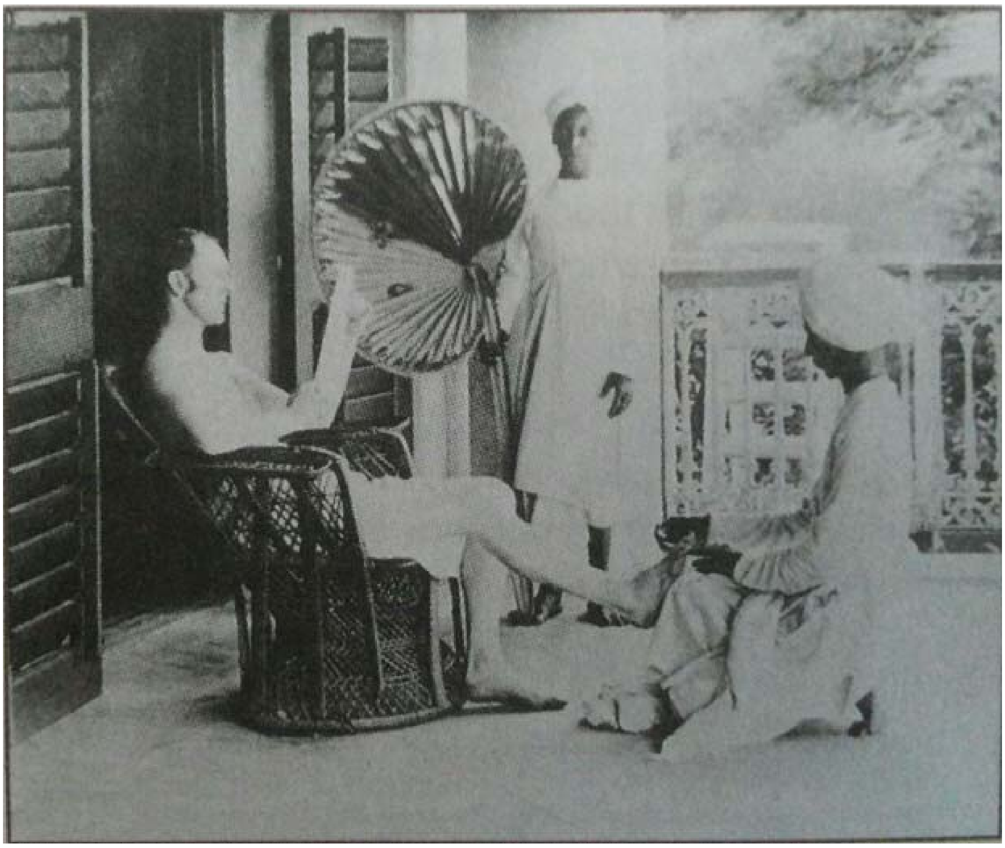
Essa desigualdade econômica estende-se a territórios que não constituem colônias políticas, como a América Latina no século XIX. Depois de sua emancipação em relação à Espanha ou a Portugal, a maioria dos países cai sob a dependência da Europa. (Foi só depois da Primeira Guerra Mundial que os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar da França, da Alemanha, da Inglaterra). Antes de 1914, era a Europa Ocidental

que investia capitais na Argentina, no Brasil; era ela quem tirava os maiores lucros da exploração dos recursos do continente. Assim, pode-se dizer – sem levar em conta a bandeira – que a Argentina, antes de 1914, é uma colônia britânica. Também a Rússia czarista é, economicamente, uma dependência dos capitais europeus, com os capitais franceses, belgas, alemães, aplicados nas minas de Donetz, nas usinas metalúrgicas ou têxteis de São Petersburgo e da região de Moscou. São os capitalistas europeus que dispõem e decidem dos investimentos e da redistribuição dos lucros. (...)

A DESIGUALDADE CULTURAL

Enfim, é preciso acrescentar a desigualdade cultural às desigualdades econômica e política. É a Europa que leva sua civilização, que impõe suas ideias e que impõe seus valores, com seu sistema de ensino. A recíproca não existe, porque a Europa não deve quase nada às civilizações extra-europeias.

Eis o que constitui a especificidade do fato colonial, bases sobre as quais primeiro se estabeleceram e depois se consolidaram e organizaram, num sistema coerente e duradouro, as relações entre a Europa e os demais continentes. Tal é o sistema que, durante quatro séculos, regulamenta as relações internacionais, exceção feita das relações inter-europeias.



Colonizador inglês cercado de serviçais indianos (Arruda e Piletti, 1999, p. 305).

AS ETAPAS DA CONQUISTA DO MUNDO

Costuma-se reconstituir de modo muitas vezes arbitrário a expansão europeia como uma progressão contínua. Ora, um estudo atento às vicissitudes cronológicas mostra que ela sofreu toda espécie de golpes, conheceu toda sorte de etapas, que não foi feita por um desenvolvimento linear.

A SITUAÇÃO EM 1815

No restabelecimento da paz, quando os plenipotenciários se reúnem em Viena para dar à Europa um novo aspecto, as relações entre ela e os outros continentes traduzem, no conjunto, um movimento de recuo.

Em 1815, a França perdeu quase todas as suas possessões coloniais: em 1803, cedeu aos Estados Unidos a Luisiânia, que a Espanha acabava de lhe entregar, e a Grã-Bretanha, aproveitando-se da guerra e do bloqueio, privou-a de suas possessões coloniais. (...) tudo o que subsiste dos impérios coloniais que a França havia edificado entre os séculos XVI e o XVIII... Não lhe resta, portanto, mais do que alguns vestígios, cuja superfície total é derrisória.

A ocupação dos Países-Baixos e da Espanha pelos exércitos franceses é paga, para ambos os países, com a perda de uma parte de seu império. Solidários, constrangidos e forçados, pelo grande império, eles viram a Grã-Bretanha ocupar suas dependências coloniais. Emancipando-se quase toda a América da tutela britânica entre 1810 e 1825, as colônias espanholas e portuguesas se comprometem no mesmo caminho. A Europa – a Europa continental, a Europa terrestre – não conserva mais do que farrapos do império.

Aliás, isso só é verdade no que respeita à Europa continental. Em relação à Grã-Bretanha, o balanço é inverso. Embora, em 1783, tenha perdido treze de suas colônias na América do Norte, a Inglaterra ampliou e consolidou suas posições. Ela despojou suas rivais, apropriou-se de seus despejos: a colônia do Cabo, a ilha do Ceilão, tomadas à Holanda entre 1895 e 1815. Em 1815, portanto, ela é a grande potência colonial. Mas esse império comporta quase que apenas posições marginais, na orla dos continentes, das posições litorâneas ou insulares, e nenhum grande conjunto continental, com exceção da Índia, mas em 1815 falta muito para que a Índia caia sob o domínio britânico.

Um segundo fator atua contra a expansão colonial e parece até contribuir para protelar indefinidamente o momento em que ela deverá ser reiniciada: o estado de espírito da opinião europeia, que acredita que o tempo da conquista colonial havia chegado ao fim. A decepção da Inglaterra com os Estados Unidos, da Espanha e de Portugal mais recentemente, dão crédito à ideia de que as colônias, cedo ou tarde, são levadas à separação. Nessas condições, seria mesmo preciso empreender conquistas custosas, sangrentas? (...) Políticos e economistas fazem valer considerações

ideológicas ou desenvolvem argumentos de rentabilidade, demonstrando que a colônia apresenta mais inconvenientes que vantagens, que a conquista, a ocupação, a administração são onerosas e que não é indispensável, para manter relações comerciais com outros continentes, ocupá-los militar e politicamente.

Na França, mais tradicionalmente voltada para a Europa – e não foram as guerras napoleônicas que mudaram essa tendência -, a opinião pública não se interessa quase pelas terras de além-mar. Depois de ter lutado quase por um quarto de século contra a Europa, depois de ter percorrido de uma extremidade a outra, os franceses quase não se sentem tentados pela perspectiva de conquistar territórios a cujo respeito ignoram tudo. Entre essas duas vocações, que sempre solicitaram contraditoriamente as energias francesas, a vocação continental – hegemonia ou integração europeia – e a vocação marítima – a expansão além-mar – a primeira prevalece sobre a segunda. (...)



Dominação colonial europeia no Sul da Ásia (Celso e Mello, 2008, p. 445)

O IMPERIALISMO DO FIM DO SÉCULO

A partir de 1880, aproximadamente, uma série de mudanças relativamente importantes começam a dar à expansão colonial da Europa uma fisionomia nova.

Cresce o número dos interessados, o círculo aumenta, se expande. As antigas potências coloniais, por sua vez, dividiam-se em várias levas: portugueses e espanhóis, aos quais não restam mais do que os despojos de seus impérios, enquanto que os Países Baixos passam a desenvolver o seu na Indonésia. A segunda leva compreendia a França e a Grã-Bretanha, que, no século XIX, haviam ampliado ou reconstituído um império. A Monarquia de Julho instala-se na Oceania, na Argélia, no Daomé, na Costa do Marfim. O Segundo Império estende a penetração a partir do Senegal, toma pé na Indochina, apossando-se da Cochinchina e do protetorado do Cambodja. A Terceira República, retomando e prosseguindo a obra dos regimes precedentes, constitui as federações da África Ocidental, da África Equatorial, da Indochina, e acaba construindo um vastíssimo império colonial.

A essas cinco potências coloniais (Portugal, Espanha, Países Baixos, Grã-Bretanha, França), juntam-se novos competidores. São os Estados recentemente unificados, para quem parece que a posse de um império colonial é o atributo da independência e o símbolo do poder. O amor-próprio nacional, no princípio de sua expansão, representa um papel que não é menor senão no tocante às antigas potências coloniais. Guilherme II, ampliando a ação da Alemanha, passa da política europeia de Bismarck para uma *Weltpolitik*, para a ambição de dar colônias à Alemanha como, na África Oriental, o Camarão, o Togo, o Sudeste Africano, a África Oriental, em torno de Zanzibar. A Alemanha também se interessa pela China, participa de seu desmembramento, obtém concessões em Chantung. A Itália, nascida tardiamente para a unidade nacional, e que também aspira a formar um império para si, anexa a Eritreia em 1896 e, em 1912 entra em guerra com a Turquia para a posse da Líbia. A Bélgica vê-se de repente à frente de um império, com o Congo, que lhe é legado por Leopoldo II, seu soberano.

O caso da Rússia, que coloniza por contiguidade, por vizinhança, é ao mesmo tempo semelhante e diferente. Desse modo, o número de colônias não está longe de atingir a dezena por volta do fim do século.

Ora – o segundo fato que concorre para singularizar os anos de 1890-1914 – esse aumento ocorre no preciso instante em que as terras disponíveis se rarefazem. A África, no início do século XIX, ainda quase totalmente desconhecida, está colonizada em seus nove décimos no fim do século. Um congresso em Berlim, em 1885, serve para desempatar as cobiças e consegue uma repartição amigável das zonas de influência e das zonas de ocupação. A China é ao mesmo tempo cobiçada e retalhada pelas grandes potências. O aumento do número de competidores, a rarefação das terras disponíveis causam uma violência e um aceleramento crescente

da expansão colonial, que pela primeira vez toma um caráter de corrida, para a qual cada país usa Os governos agem agora com o concurso da opinião pública que, por tanto tempo indiferente e mesmo refratária ao fato colonial, começa a se apaixonar, toma consciência da extensão da obra feita, orgulha-se da amplidão de certos impérios, começa a conceber suas vantagens materiais ou políticas e passa a aderir a essa mentalidade. É o nascimento de um sentimento imperialista. O orgulho nacional, que até então limitava seu campo de aplicação ao território das nações europeias, encontra um prolongamento nas dependências coloniais. É a ideia de que todo território sobre o qual drapejou, seja quando for, a bandeira nacional, passa a fazer parte da comunidade: a integridade territorial. Agora, não se admitem mais nem concessões nem amputações. Na França, esse ponto de vista é expresso no momento em que o presidente do Conselho, Joseph Caillaux, submete à ratificação do Parlamento um tratado negociado com a Alemanha, que entrega à França o Marrocos em troca de territórios da África Equatorial e de uma ratificação das fronteiras nos confins do Congo e do Camarão (1911). Uma parte dos parlamentares critica-o vivamente por ter consentido nesse atentado à integridade territorial. As colônias começam a fazer parte do patrimônio.

Pode-se datar o nascimento do sentimento imperialista na Grã-Bretanha a partir da ação de Disraeli. É Disraeli quem, rompendo com a doutrina liberal, solidariza a Grã-Bretanha às suas possessões. É ele quem, dotado de imaginação romântica, de um sentido de símbolos, teve em 1877 a ideia de fazer coroar a rainha Vitória como imperatriz das Índias. No parlamento francês desenvolve-se um poderoso partido colonial, com o qual os governos terão de contar... A Itália ressente-se duramente do desastre de Adua, onde os etíopes venceram, numa luta em campo aberto, um exército italiano (1896), e Agadir é sentida pela opinião pública francesa como uma afronta (1911). As opiniões estão prontas a fazer a guerra pelas colônias. Um elemento passional anima então a colonização.

Enfim, a intervenção dos fatores econômicos mais prementes e mais determinantes acaba por caracterizar esse quarto de século.

Se, até por volta de 1875-1880, com exceção da Grã-Bretanha no tocante à Índia, as considerações puramente comerciais foram secundárias isso é menos verdade a partir de 1880, quando o desenvolvimento da indústria, a necessidade de encontrar matéria-prima, a preocupação com a saída das mercadorias estimulam a conquista colonial. É o aparecimento do imperialismo, no sentido econômico do termo.

O antagonismo que provoca mal-estar entre a França e a Alemanha a propósito de Marrocos tem, entre outros, motivos econômicos.

A partir do fim do século, o aumento dos competidores, a rarefação das terras disponíveis, a mobilização da opinião pública, a crescente pressão dos fatores econômicos provocam uma rivalidade sempre crescente entre as potências europeias, que podiam até então, separadamente, prosseguir

sua expansão sem se meter em apuros. O antagonismo que lança uns contra os outros, na própria Europa, é então transferido para os palcos exteriores. Trata-se de mais uma ameaça a pesar sobre a paz. Se a França e a Alemanha já tinham Alsácia-Lorena para colocá-las em oposição, a partir de 1905, elas têm o Marrocos que, por duas ocasiões, fez com que a França temesse a aproximação da guerra, com as crises de Tanger em 1905, e de Agadir, em 1911.

Desse modo, as rivalidades coloniais correm o risco de engendrar conflitos internacionais. Os prolongamentos diplomáticos e militares da rivalidade europeia comandam em parte os reagrupamentos que se delineiam. Os sistemas de alianças dos vinte e cinco anos que precedem 1914 inspiram-se amplamente na preocupação que encontram seu princípio e seu ponto de aplicação além dos mares. A reaproximação entre a França e a Grã-Bretanha, as duas grandes potências coloniais tradicionais, é facilitada, preparada, pela inquietação comum que a Alemanha e sua crescente rede de colonização lhes inspiram. Este é também um dos aspectos da *Entente Cordiali*: reaproximação dos que têm, diante das ambições dos que têm menos.

A paz armada encontra parte de sua colaboração e de seu significado no prolongamento além-mar das rivalidades internas. Em contrapartida, a rivalidade das potências coloniais irá enfraquecer seu prestígio junto aos povos colonizados. A guerra de 1914-1918 parecerá, vista de fora, uma guerra civil e abalará o prestígio da Europa junto aos outros continentes, antes de ferir a reputação de sua influência e de seu poder sobre o mundo". (Rémond,1974, p. 180/192).



Dominação colonial europeia no Sudeste Asiático (Celso e Mello, 2008, p. 447

O RETRATO DO COLONIZADO PRECEDIDO PELO RETRATO DO COLONIZADOR

Alberto Memmi

"Alberto Memmi é autor de um texto considerado já clássico sobre o imperialismo. Ao contrário dos textos cheios de números e análises, Memmi nos fornece, segundo Roland Corbesier, que prefaciou a tradução brasileira, um livro que não deixa de "refletir a realidade, de nos revelar o que há de essencial nesse mecanismo, nessa engrenagem inumana, impiedosa, implacável, que, depois de desfigurar e aviltar o colonizado e corromper o colonizador, desemboca, inevitavelmente, no terrorismo e na tortura". É o relato de alguém que viveu como colonizado, a realidade do imperialismo. Os dois trechos selecionados procuram traçar um quadro geral das questões postas por Memmi. A leitura do livro, evidentemente, é indispensável.

O COLONIZADOR

Os motivos econômicos do empreendimento colonial estão, atualmente, esclarecidos por todos os historiadores da colonização; ninguém acredita mais na missão cultural e moral, mesmo original, do colonizador. Em nossos dias, ao menos, a partida para a colônia não é a escolha de uma luta incerta, procurada precisamente por seus perigos, não é a tentação da aventura, mas a da facilidade.

É suficiente, aliás, interrogar o europeu das colônias: que razões o levaram a expatriar-se e, principalmente, a persistir em seu exílio? Acontece que ele fala também em aventura, em pitoresco e em expatriação. Mas, por que não os procurou na Arábia, ou simplesmente na Europa Central, onde não se fala sua própria língua, onde não se encontra um grupo importante de compatriotas seus, uma administração que o serve, um exército que o protege? A aventura comportaria mais imprevisto; essa expatriação, no entanto, mais certa e de melhor qualidade, teria sido de duvidoso proveito: a expatriação colonial, se é que há expatriação, deve ser, antes de mais nada, bastante lucrativa. Espontaneamente, melhor que os técnicos da linguagem, nosso viajante nos proporá a melhor definição da colônia: nela ganha-se mais, nela gasta-se menos. Vai-se para a colônia porque nela as situações são garantidas, altos os ordenados, as carreiras mais rápidas e os negócios mais rendosos. Ao jovem diplomado oferece-se um posto, ao funcionário uma promoção, ao comerciante redução substancial de impostos, ao industrial matéria-prima e mão-de-obra a preços irrisórios.

Mas, seja: suponhamos que exista esse ingênuo, que desembarque por acaso, como viria a Tolouse ou mais tarde, o sentido econômico da viagem colonial não deixa de impor-se, e rapidamente. O europeu das colônias pode também, é claro, amar essa nova região, apreciar o pitoresco dos seus costumes. Mas, mesmo repelido pelo seu clima, mal à vontade no meio de suas multidões estranhamente vestidas, saudoso do seu país natal, o problema doravante é o seguinte: deve aceitar esses aborrecimentos e esse mal-estar em troca das vantagens da colônia? Bem cedo não esconde mais; é frequente ouvi-lo sonhar em voz alta: alguns anos ainda e comprará uma casa na metrópole... uma espécie de purgatório em suma, um purgatório remunerado. Doravante, mesmo farto, enjoado de exotismo, algumas vezes doente, ele se prende: a armadilha funcionará até a aposentadoria ou mesmo até a morte. Como retornar para a metrópole, onde lhe seria necessário reduzir seu padrão de vida pela metade? Retornar à lentidão viscosa de sua carreira metropolitana? (...)

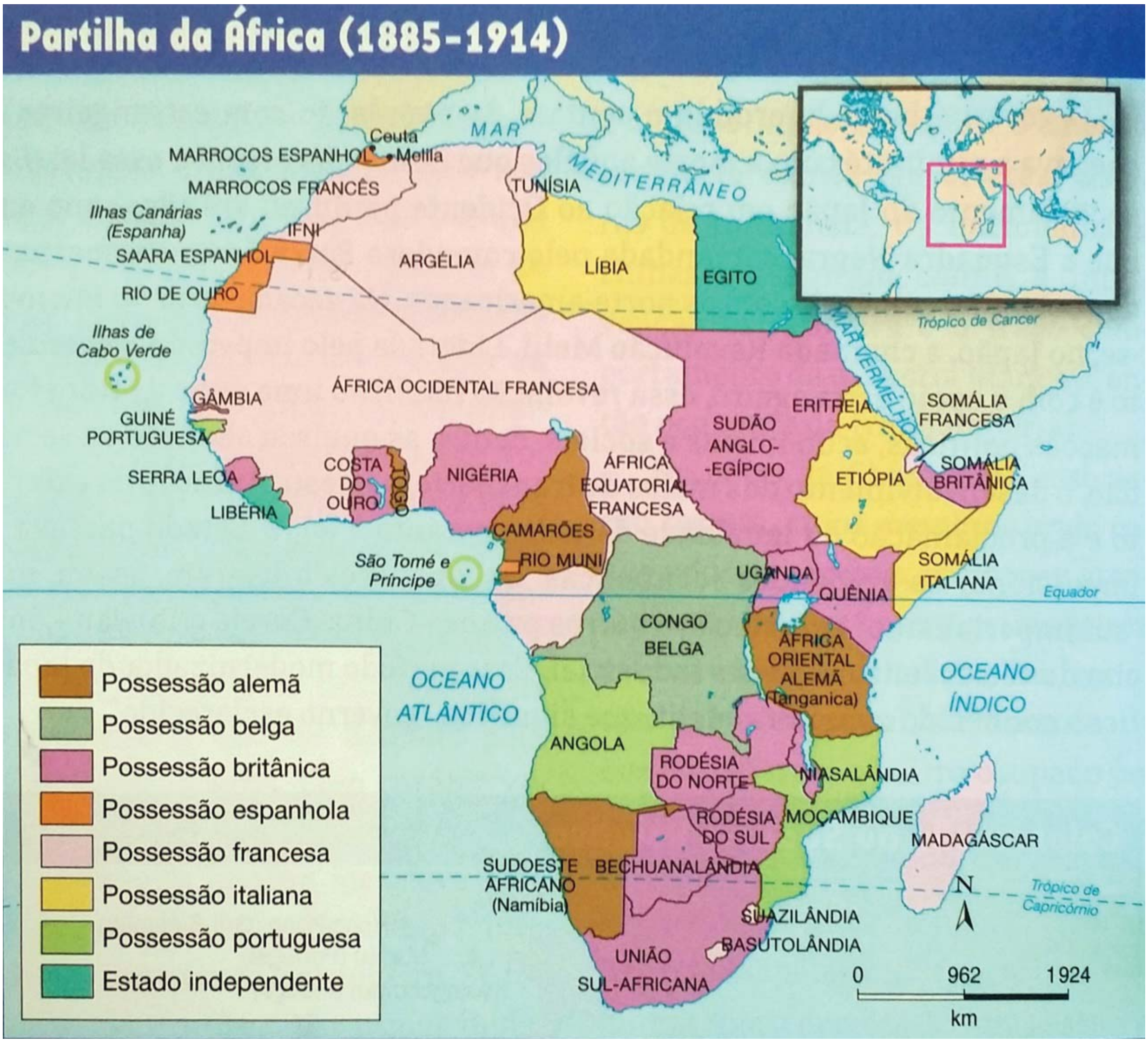
O COLONIZADO

O que é verdadeiramente o colonizado importa pouco ao colonizador. Longe de querer aprender o colonizado na sua realidade, preocupa-se em submetê-lo a essa indispensável transformação. E o mecanismo dessa remodelagem do colonizado é, ele próprio, esclarecedor.
Consiste, inicialmente, em uma série de negações. O colonizado não é isso, não é aquilo. Jamais é considerado positivamente; ou se o é, a qualidade concedida procede de uma lacuna psicológica ou ética. Assim, no que se refere à hospitalidade árabe que dificilmente pode passar por um traço negativo. Se observarmos bem, verificamos que o louvor é feito por turistas, europeus de passagem, e não pelos colonizadores, quer dizer europeus instalados na colônia. Tão logo instalado, o europeu não desfruta mais dessa hospitalidade, interrompe as trocas, contribui para, interrompe as trocas, contribui para erguer barreiras. Rapidamente muda de palheta para pintar o colonizado, que se torna ciumento, ensimesmado, exclusivista, fanático. Que é feito da famosa hospitalidade? Já que não pode negá-la, o colonizador ressalta, então, suas sombras, e suas desastrosas consequências.
Decorre da irresponsabilidade, da prodigalidade do colonizado, que não tem o senso da previsão, da economia. Do importante ao felá, as festas são belas e generosas, com efeito, mas vejamos o que se segue. O colonizado se arruína, pede dinheiro emprestado e finalmente paga com o dinheiro dos outros! Fala-se, ao contrário, da modéstia da vida do colonizado? Da tão famosa ausência de necessidade? Isso é menos

uma prova de prudência que de estupidez. Como se, enfim, todo traço reconhecido ou inventado devesse ser o índice de uma negatividade. Assim se destroem, uma após outra, todas as qualidades que fazem do colonizado um homem. E a humanidade do colonizado, recusada pelo colonizador, torna-se para ele, com efeito, opaca. É inútil, pretende ele, procurar, prever as atitudes do colonizado ("Eles são imprevisíveis"...) ("Com eles nunca se sabe!"). Uma estranha e inquietante impulsividade parece-lhe comandar o colonizado. É preciso que o colonizado seja bem estranho, em verdade, para que permaneça tão misterioso após tantos anos de convivência... ou então, devemos pensar que o colonizador tem boas razões para agarrar-se a essa impenetrabilidade. Outro sinal dessa despersonalização do colonizado: o que se poderia chamar a marca do plural. O colonizado jamais é caracterizado de maneira diferencial: só tem direito ao afogamento no coletivo anônimo. ("Eles são isso... Eles são todos os mesmos")...

Enfim o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado se infelicidade: nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre de escolher-se colonizado ou não colonizado.

Que pode restar-lhe, ao cabo desse esforço obstinado de desnaturação? Não é mais, certamente, um alter ego do colonizador. Ainda é apenas um ser humano. Tende rapidamente para o objeto. A rigor, ambição suprema do colonizador deveria existir em função somente das suas necessidades, isto é, ser transformado em puro colonizado".(Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 93/97).



"Partilha da África pelas potências europeias, realizada em 1885 na Conferência de Berlim" (Celso e Mello, 2008, p. 448).

AS REAÇÕES E OS SINAIS PRECURSORES DA DESCOLONIZAÇÃO

"A dominação política da Europa e a exploração econômica, a desigualdade fundamental das relações suscitaram reações desde antes de 1914.

Podemos notar sinais precursores do processo que causará, numa quinzena de anos, a desagregação dos impérios que a Europa levara quatro séculos para construir... A colonização, mais geralmente as relações entre a Europa e os demais continentes, provocou duas espécies de reações, bem diferentes, contrárias até, cujo dualismo mostra alguma analogia com as reações da Europa ao fato revolucionário.

Existe a imitação, que incita os países a se colocarem na escola da Europa, tomando-lhe de empréstimo seu modo de agir, em parte para roubar-lhe os meios de sua superioridade e talvez para voltá-los um dia

contra ela; mas existe igualmente a recusa e a resistência, que inspiram os movimentos dissidentes, a rebelião, as guerras travadas pelas populações indígenas contra o invasor (...).

Essas duas reações de sentido contrário, uma de reflexão sobre si e de recusa, a outra de abertura, constituem as suas fontes dos nacionalismos coloniais – como outrora aconteceu com as nacionalidades europeias – que, já antes de 1914, opuseram obstáculos à colonização. Nos dois decênios que precederam a Primeira Guerra Mundial, podem-se notar sinais anunciadores das crescentes dificuldades que as nações colonizadoras irão enfrentar, fatos que impressionaram os contemporâneos sem que eles algum dia tenham estabelecido correlação entre os mesmos, ou sem que tenham percebido sua convergência, acontecimentos que assinalam fracassos e recuos desta ou daquela nação europeia, às vezes diante de outra nação branca e, em outros casos, diante de um povo de cor.

Em 1896, o desastre de Adua assinala a derrota dos italianos frente aos etíopes. É em parte para tirar vingança da derrota sofrida quarenta anos antes que Mussolini se lançará, em 1935, à conquista da Etiópia.

Em 1898-1901, a penetração britânica tropeça na resistência dos bôers, pequeno povo composto de descendentes de holandeses, que enfrentam durante três anos a maior potência colonial do mundo, conseguindo isolá-la moralmente, com as simpatias da Europa.

Em 1898, os Estados Unidos, tomando como pretexto um incidente até então mal explicado – explosão, na baía de Havana, de um cruzador norte-americano – declaram guerra à Espanha, infligem-lhe em poucos meses derrota sobre derrota e obrigam-na a liquidar os resíduos de seu império colonial. Cuba, Porto Rico, as Filipinas tornam-se independentes, ou passam para as mãos do imperialismo norte-americano. Trata-se de uma data importante. Em seu *Regardssur de monde actuel*, Paul Valéryconfia que ele teve o sentimento de que houve aí uma ruptura. A primeira derrota infligida por uma nova Europa – os Estados Unidos – à velha Europa, assinala a liquidação do primeiro dos grandes impérios coloniais, a decadência espanhola. Para a própria Espanha, trata-se de uma data capital em sua história intelectual: falar-se-á da geração de 1898, marcada pela derrota, geração que concebeu o desejo de dar início à regeneração do país. A maioria dos grandes nomes da inteligência espanhola – Unamuno, Ortega y Gasset – pertencem a essa geração que, em 1931, com a República terá a ilusão de que seus sonhos se tornaram realidade, e se lançará à transformação da Espanha. Cinco anos depois, a guerra civil aniquilará suas esperanças.

Em 1900, a guerra dos boxers é favorável à Europa, mas o fato de os chineses terem acreditado, durante algumas semanas, que poderiam enfrentar e mesmo vencer os europeus no mar é significativo.

O acontecimento mais importante é a guerra russo-japonesa de 1905-1906, que assinala a derrota da Rússia, a primeira vitória, numa guerra clássica, de um povo de cor sobre os brancos. A repercussão desse fato foi

considerável em todo o continente asiático. Na Índia, na Indochina, em toda parte, os povos viram nisso a prova de que seriam capazes de, um dia, desafiar o invasor. Pode-se datar daí o despertar da Ásia, as primícias de sua emancipação e desse grande movimento dos povos de cor que, exatamente meio século depois, terá como resultado a conferência de Bandoeng (1955).

Assim, às vésperas de 1914, a situação já é ambivalente. Por certo, a Europa ainda exerce sobre universo um domínio quase ininterrupto. É a Europa quem dita a valorização, a exploração: fala-se, pensa-se à europeia, governa-se à europeia, mas já aparecem sinais premonitórios de seu recuo, e já se podem perceber os primeiros abalos de sua hegemonia". (Rémond, 1974, p. 205/207).



"Tropas britânicas marcham no Cairo" (*Grandes Personagens da História Universal*, p. 781)

A EMIGRAÇÃO

"Ao lado da colonização declarada e da penetração econômica, a europeização foi sendo feita, de um modo muito mais difuso, pela exportação de pessoas. A Europa exportou-as para suas colônias; mas a quantidade dos que assim emigraram constitui uma minoria...

É, portanto, para outros territórios que a Europa dirigiu a emigração, para além-mar que, no século XIX, é um dos grandes fatos demográficos da história do mundo.

Esse movimento de emigração tem ligações com o crescimento demográfico. Entre 1815 e 1914, a população da Europa ultrapassou o

dobro (...). As consequências sociais desse crescimento demográfico – pauperismo, desemprego crônico, baixa dos salários – levam parte da população da Europa a procurar uma saída na emigração, na esperança de encontrar em outras plagas a terra, o trabalho, a fortuna, a liberdade que a Europa lhes recusa.

O grosso da emigração europeia, portanto, será constituído principalmente de camponeses sem terra, de operários sem trabalho, de burgueses arruinados. As grandes levas de emigração coincidem com as crises econômicas que atingem a Europa (...).

Contudo, alguns partiram mais por motivos ideológicos. A par da emigração maciça da miséria, existe uma emigração minoritária da consciência ou da repulsa, daqueles que se expatriam por causa das suas convicções religiosas, políticas, ideológicas (...).

Mas esses motivos teriam sido impotentes para provocar semelhante movimento se fatores técnicos não tivessem tornado possível a emigração, tais como os progressos da navegação, o aumento da tonelagem dos navios. Os governos toleram a emigração, chegando até mesmo a encorajá-la. Entre o Antigo Regime, que pratica uma política populacionista, e o nacionalismo do século XX, que opõe restrições à emigração, para conservar seus dependentes, o século XIX abre uma brecha pela qual torna-se fácil a circulação dos homens, tornam-se possíveis as comunicações, enquanto os governos não se opõem absolutamente à partida dessas massas miseráveis, que para eles representam uma carga pesada.

A partir de 1840, a emigração toma grande amplitude. Dela participa, essencialmente, a Europa do Norte, com a Grã-Bretanha e a Irlanda, depois da fome de 1846... A partir de 1850, o contingente alemão não para de aumentar, até 1890, e a partir de 1880 o centro da gravidade desloca-se para a Europa Oriental, e Mediterrânea, a Áustria-Hungria, a Rússia, a Itália, o próprio Império Turco (...).

Para onde vão esses europeus? Principalmente para o continente americano, as duas Américas, em proporções desiguais, para reforçar os elementos já provenientes da Europa, 32 milhões entraram nos Estados Unidos. No século XIX, seu afluxo constitui o fator essencial do crescimento dos Estados Unidos... Cerca de 8 milhões de pessoas, principalmente espanhóis, italianos, alemães, dirigiram-se para a América do Sul. A Argentina recebeu espanhóis e italianos. Nos Estados do Sul do Brasil existem importantes sociedade colônias alemãs.

Em toda parte, quer se tratasse de colônias ou de Estados independentes, os europeus fundaram sociedades absolutamente semelhante às do continente de origem... Com efeito, esses europeus, que abandonam suas terras sem pretensão de voltar, levam consigo seu estilo de vida, suas instituições, seus costumes, seus gostos, seus hábitos, sua religião, para implantá-los na terra de adoção... Pouco a pouco, essas sociedades se libertam das metrópoles; afrouxam seus laços, mesmo os políticos, quando se trata de uma colônia" (...). (Rémond, 1874, p. 197/200).

CONCLUSÃO

"Em 1914, 85% das terras do planeta eram áreas coloniais. O dado é impressionante e nos revela a maneira como a Europa tornou-se "senhora do mundo". Tal número é o reflexo de um novo movimento imperialista ocorrido principalmente a partir dos anos 70 do século passado.

A análise do imperialismo europeu do final do século XIX e início do século XX já foi empreendida por um sem-número de especialistas. Dificilmente se poderá negar, no entanto, "que a divisão do globo tinha uma dimensão econômica", como afirma Eric Hobsbawm. A análise da evolução do capitalismo naquele momento, associada à constatação de uma crise do sistema, principalmente a partir de 1873, permite-nos compreender as razões do imperialismo.

As transformações que se operavam no capitalismo eram as tendentes à monopolização. A expressão capitalismo monopolista é utilizada tradicionalmente para se conceituar essa época. Fusões, acordos geraram a integração das empresas (trustes, cartéis, *holdings* etc.), o que, por sua vez implica cada vez maiores excedentes de capitais. Percebe-se, portanto, que estas transformações, tendo ocorrido simultaneamente com a emergência de uma grande depressão, criaram uma impossibilidade de reinvestimento de capitais na própria produção, tornando-se necessário exportar capitais, ao mesmo tempo em que se buscavam novos mercados consumidores.

Em que pese a existência de outros elementos motivadores, os fatores citados acima constituem a razão fundamental da expansão europeia.

Importa destacar que naquele momento formulou-se um emaranhado de explicações culturais, humanitárias e filosóficas para explicar a necessidade do imperialismo. A ideologia imperialista, de fundo essencialmente racista, procurava utilizar as novas informações propiciadas pelo pensamento liberal e evolucionista, justificando a "seleção natural" entre "civilizados" e "atrasados".

(Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 88).

RESUMO

"A partir da segunda metade do século XIX, os países europeus recorreram ao imperialismo colonial, visando principalmente a Ásia e a África. Em 1905, 90,4 % do território africano e 56,6 % do asiático estavam sob o domínio de estrangeiros. A dominação não se faria, entretanto, sem reação dos povos colonizados. Várias revoltas marcaram a expansão colonialista, fazendo prever que a dominação não conseguiria se perpetuar. A principal consequência do expansionismo imperialista seria a Primeira Guerra Mundial". (Celso e Mello, 2008, p. 442).

ATIVIDADES

1. O que justifica a afirmação de que a desigualdade foi a base do domínio colonial?
2. Comente traços do colonizado, segundo a perspectiva do colonizador.
3. Faça um pequeno texto sobre o imperialismo no final do século XIX.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A, e PILETTI, Nelson. **Toda a História. História Geral e do Brasil.** São Paulo: Ática, 1999.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.

DUROSELLE, J. B. **A Europa de 1815 aos nossos dias** (Vida Política e Relações Internacionais). Tradução de Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1976.

Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital:** 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1977.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1985. (Contribuições em Ciências Sociais; 9)

MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos.** São Paulo: Contexto, 1990. (Textos e documentos).

NERE, Jacques. **História Contemporânea.** Tradução de Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

RÉMOND, René. **O século XIX - 1815 / 1914.** Introdução à história de nosso tempo. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1974.